



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos - SEOSP

ANÁLISE

Análise nº 35/2024/SEOSP-ASCPO

PROCESSO : 0069.003445/2023-51

OBJETO : EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CONSULTIVA PARA O GERENCIAMENTO DE OBRAS, PROJETOS E CONVÊNIOS DA SECRETARIA ESTADUAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS – SEOSP DO ESTADO DE RONDÔNIA.

ASSUNTO: Impugnação - [REDACTED] (0052618556)

DE : SEOSP-ASCPO

PARA : SEOSP-GAB

1. APRESENTAÇÃO

- 1.1 – Trata o presente do atendimento aos despachos SUPEL-CPLO 0052618665 que encaminha a impugnação elaborada pela licitante [REDACTED] (ID 0052618556), no dia 09/09/2024, nos seguintes termos:

Considerando tratar de questionamentos relativos a ordem técnica e tendo em vista que a abertura inicial do referido processo dar-se-á no dia 11 de setembro de 2024, às 10h (horário oficial de Brasília).

Solicitamos ao Setor Técnico análise e parecer, para que esta CPLO/RO, possa estar respondendo ao licitante, com **URGÊNCIA**.

2. DA ADMISSIBILIDADE

- 2.1 – A licitante de ora em diante denominada respeitosamente Impugnante apresentou seu recurso aos 09/09/2024 sendo previsto no instrumento convocatório:

8.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa e licitante poderá solicitar ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAR o instrumento convocatório deste Edital, devendo o licitante mencionar o número do PREGÃO ELETRÔNICO, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e-mail: cplo.supel.ro@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado o recebimento pela Pregoeira, pelo telefone (0XX) 69.3212-9243, para não tornar sem efeito), ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda-feira à sexta-feira, situada na Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira – Edifício Rio Pacaás Novos – 2º Andar, CEP 76.801-470, Porto Velho/RO

(...)

8.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da licitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

2.2 – Conforme consta no Despacho SUPEL-CPLO 0052618665 o recurso foi impetrado ao 09/09/2024, observa-se que o documento foi apresentado TEMPESTIVAMENTE.

3. DAS ALEGAÇÕES

3.1 – As alegações da impugnação se encontram descritas no documento id. 0052618556 no item II - DA IMPOSSIBILIDADE DO USO DA MODALIDADE DE PREGÃO, sendo que em síntese apresentam-se conforme adiante:

3.1.1 – Da Lei 10.520/2002

De início cabe consignar que a Lei nº 10.520/02, instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns

...

Nesses termos, verifica-se que a Lei nº 10.520/02, condiciona o uso da modalidade Pregão somente aos bens e serviços comuns, sem excluir previamente quaisquer espécies de serviços e contratações.

3.1.2 – Do Art. 29 da Lei nº 14.133/21

O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea 'a' do inciso XXI do caput do artigo 6º desta Lei

3.1.3 – Da complexidade dos objetos do certame

Consoante enunciado no Tribunal de Contas da União, a utilização de Pregão é inadequada para a contratação de serviços técnicos especializados de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras, quando considerados de alta complexidade.

3.1.4 – Por fim requer:

a) que seja alterada a modalidade de licitação, considerando que a modalidade pregão não se aplica ao objeto do edital, por não se tratar de serviços comuns de engenharia e pela inaplicabilidade da Lei nº 10.520/2002.

b) Por fim, requer que todas as notificações, publicações e intimações referentes ao feito sejam dirigidas aos advogados constantes na procuração e substabelecimento, endereço eletrônico administrativo@fgtb.com.br, com escritório profissional localizado na [REDAÇÃO], Manaus/AM, sob pena de nulidade dos atos posteriores à juntada do instrumento procuratório

4. DA ANÁLISE

4.1 - Em apertada síntese, o impugnante questiona a modalidade de licitação adotada no PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 90209/2024/SUPEL/RO desta Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP.

4.1.1 - Da Lei 10.520/2002

Quanto á alegação da impugnante fundamentada na Lei 10.520/2002, é importante ressaltar que a mencionada legislação foi revogada nos termos da alínea "b" di inciso II do Art. 193 da Lei 14.133/2021:

Art. 193. Revogam-se:

(...)

II - em 30 de dezembro de 2023: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023\)](#)

b) a [Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002](#); e [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 198, de 2023\)](#)

A revogação da Lei 10.520/2002 pode ser constatada no link https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110520.htm e conforme documento juntado aos autos id. 0052651580.

Diante do exposto não encontramos embasamento para analisar as alegações fundamentadas em legislação revogada.

4.1.2 - Do Art. 29 da Lei nº 14.133/21

Pois bem.

A modalidade da licitação foi objeto de análise durante a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares, consoante informado Projeto Básico anexo ao referido Edital.

A solução escolhida abrange a prestação de serviços técnicos especializados, no entanto é possível determinar objetivamente, no edital, padrões de desempenho e qualidade, por meio de especificações usuais de mercado, a teor do que dispõe o inciso XIII do art. 6º da Lei no 14.133/2021.

Frise-se, outrossim, que o Projeto Básico e seus anexos trazem o detalhamento necessário para cada um dos produtos relacionadas ao objeto, tais como as normas técnicas aplicáveis e atividades a serem desenvolvidas.

Nesse passo, tem-se que os serviços são executados segundo técnicas e protocolos conhecidos e, embora possa haver variações metodológicas, a qualidade do trabalho é atestada mediante o confronto com normas técnicas e profissionais preestabelecidas pelas entidades regulamentadoras.

Toda a fundamentação juntada ao Projeto Básico deixa evidente que a SEOSP cuidou de definir objetivamente os padrões de desempenho e qualidade, por meio de especificações usuais de mercado, garantindo, destarte, uma clara compreensão dos requisitos por parte dos licitantes, e não deixando margem para questionamentos acerca do enquadramento como serviços comuns.

Cabe de relevo mencionar que o impugnante o faz referência ao art. 29 da Lei no 14.133/2021:

Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o [art. 17 desta Lei](#), adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata o [alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei](#).

Ora, a teor do parágrafo acima transcrito, tem-se que o pregão se aplica aos serviços comuns de engenharia, definidos na alínea “a” do inciso XXI do art. 6º da Lei no 14.133/2021 como sendo **“todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens”** - grifamos.

Ou seja, adota-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, inclusive na hipótese de serviços comuns de engenharia.

Com efeito, o fato de o objeto exigir capacitação técnica específica não é suficiente, de per si, para excluí-lo do conceito de “serviço comum”.

Por oportuno, para análise quanto á alegação de alta complexidade elaborada pelo Impugnante, traz-se à colação o entendimento dos professores Jessé Torres Pereira Junior, in Comentários à Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, 7a ed., Renovar, 2007, p. 1054 e Vera Scarpinella, in Licitação na Modalidade de Pregão, Malheiros, 2003, p. 81:

*“Em aproximação inicial do tema, pareceu que ‘comum’ também sugeria simplicidade. Percebe-se, a seguir, que não. **O OBJETO PODE PORTAR COMPLEXIDADE TÉCNICA E AINDA ASSIM SER ‘COMUM’**, no sentido de que essa técnica é perfeitamente conhecida, dominada e oferecida pelo mercado. Sendo tal técnica bastante para atender às necessidades da Administração, a*

Importa, ainda, transcrever excertos do Acórdão no 713/2019-Plenário do TCU, no qual restou determinada a adoção da modalidade pregão para a contratação de serviços técnicos especializados de engenharia consultiva de apoio às atividades de competência legal da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), senão vejamos:

“(…)

14. Foi apontado o emprego de modalidade indevida de licitação na contratação sob análise nestes autos. O certame previu a realização de licitação com critério de julgamento ‘técnica e preço’ para a contratação de serviços de engenharia consultiva de apoio às atividades da ANTT. Entretanto, isso contraria a jurisprudência mais moderna do TCU, a qual determina que serviços dessa natureza, em regra enquadrados como ‘serviços comuns’ (aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado), sejam contratados por meio de pregão (art. 1º, da Lei 10.520/2002).

“(…)

Análise

18. O parágrafo único do art. 1º da Lei 10.520/2002 estabelece que ‘serviço comum’ é aquele cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

19. No caso concreto, o edital de licitação objetivamente determina as características de cada um dos serviços a serem prestados. Por exemplo, o projeto básico exige que a futura contratada apresente o ‘Relatório de Apoio na Análise da Monitoração do Pavimento’. Esse relatório deve indicar, entre outros dados, as medidas relativas ao levantamento defletoométrico em 40% da malha abrangida. Já se encontra detalhado no projeto básico como deve ocorrer esse controle defletoométrico

“(…)

20. Observa-se, pois, que o produto a ser contratado é um ‘serviço comum’, uma vez que suas características se encontram objetivamente especificadas em termos usuais de mercado, como as normas técnicas do DNIT e INMETRO, assim como no estabelecido no PER.

“(…)

24. O voto condutor do Acórdão 3.341/2012-Plenário (Ministro-Relator: José Múcio Monteiro) revela que não existe incongruência em considerar um serviço técnico profissional especializado como comum:

‘7. Portanto, para esta Corte de Contas, o serviço de supervisão de obras deve ser, em regra licitado na modalidade pregão, pois, na maioria dos casos, seu padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido, conforme previsão legal.

8. Como bem mostra a unidade técnica, conquanto as atividades em análise sejam complexas para leigos, não o são para as empresas de supervisão e consultoria, que fornecem, habitualmente, serviços semelhantes ao que ora se discute.

Desse modo,

as especificações seguem parâmetros do mercado, como obriga a lei.’

“(…)

31. Não existe óbice legal, portanto, à utilização do pregão para as contratações de serviços de engenharia, desde que sejam considerados comuns. Tal entendimento já foi, inclusive, objeto de súmula desta Corte de Contas (Súmula 257/2010): ‘O uso do pregão nas contratações de serviços comuns de engenharia encontra amparo na Lei 10.520/2002.’

“(…)

35. Do exposto, pode-se concluir que ocorreu a utilização da modalidade indevida de licitação no certame examinado, uma vez que os objetos que se pretendiam contratar, quais sejam, serviços técnicos especializados de engenharia consultiva e supervisão dos trechos das rodovias concedidos pela ANTT, podem ter seus padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos pelo edital, enquadrando-se como ‘serviços comuns’, cabendo, pois, sua contratação por meio de pregão, em consonância com a legislação, art. 1º, da Lei 10.520/2002, bem como com

jurisprudência desta Corte, a exemplo do Acórdão 2.932/2011-TCU-Plenário.”

No referido acórdão, o relator, Ministro Bruno Dantas, teceu, em seu voto, as seguintes considerações:

“(…)

18. Segundo o art. 1º, parágrafo único, da Lei 10.520/2002, consideram-se serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Acerca da definição legal, creio que o ponto determinante é a existência de especificações usuais no mercado, visto que a definição objetiva dos padrões de desempenho e qualidade deve ser um requisito em qualquer licitação e não apenas no pregão.

19. Essa análise quanto à caracterização de um serviço como comum não é trivial e deve ser avaliada caso a caso. Nesse sentido, cabe transcrever trecho do parecer do Ministério Público junto ao TCU incorporado ao voto do Acórdão 1.092/2014-TCU-Plenário:

“Quanto à primeira das apontadas irregularidades, sou do entendimento de que o enquadramento de determinado serviço como comum ou não, para fins de aplicabilidade do pregão, deve ser realizado não simplesmente em função do rótulo dado ao serviço, mas das suas características e do que ele realmente envolve e representa no caso concreto que se considera. Isso equivale a dizer que classificar ou não um determinado serviço como comum reclama, acima de tudo, um exame predominantemente fático, de natureza técnica.”

20. Por ser um tema recorrente no TCU, a jurisprudência do Tribunal tem definido precedentes que servem para uma melhor definição da questão. De início, ressalto o entendimento de que não é a complexidade do serviço ou a necessidade de capacitação técnica que irá afastar a possibilidade de utilização do pregão, como bem exposto no voto do Acórdão 1.046/2014-TCU-Plenário, a seguir transcrito:

“18. Primeiramente, há que se ter em mente que ‘bem ou serviço comum’ deve ser entendido como aquele que detém características padronizadas, identificável por denominação usual no mercado. Portanto, a noção de ‘comum’ não está vinculada à estrutura simples de um bem ou de um serviço. Do mesmo modo, a estrutura complexa também não é razão bastante, por si só, para retirar a qualificação de ‘bem ou serviço comum’.

19. Outro aspecto a ser mencionado diz respeito a se especificidades na execução do serviço ou a necessidade de capacitação técnica específica excluiriam a qualificação de ‘comum’, impedindo o uso do pregão. A meu ver, a resposta é negativa, pois um ‘serviço comum’ é aquele cujo mercado domina as técnicas de sua realização, de modo a permitir uma oferta segura em face das exigências previstas no edital.

20. A interpretação acima se fundamenta na parte final do parágrafo único do art. 2º da Lei 10.520/2002, que faz menção expressa a ‘especificações usuais no mercado’.

Ora, a complexidade do serviço não é o fator decisivo para inseri-lo, ou não, no conceito de ‘serviço comum’, mas sim o domínio do mercado sobre o objeto licitado. Caso apresente características padronizadas (de desempenho e de qualidade) e se encontre disponível, a qualquer tempo, em um mercado próprio, o serviço pode ser classificado como serviço comum. 21. Em síntese, entendo que a intenção do legislador não foi ater-se à dicotomia serviço simples X serviço complexo. Na verdade, a adequação ao conceito ‘bem ou serviço comum’ deve se revelar diante do caso concreto.

22. Ante as considerações acima, afasto o argumento de que os serviços de auditoria independente, simplesmente por exigirem conhecimentos específicos do profissional, não se encaixariam na definição de serviço comum.”

21. Dessa forma, a mera alegação de que os serviços a serem contratados por meio da Concorrência 1/2018 são serviços genericamente descritos como serviços “técnicos especializados” ou serviços de “engenharia consultiva” não é suficiente para justificar a escolha da modalidade concorrência. Examinando ainda a jurisprudência do TCU mais especificamente quanto à contratação de serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras, os quais são muito similares aos serviços da licitação ora em exame, verifica-se a consolidação do entendimento de que é possível a licitação desses serviços por meio do pregão (...).”

Note-se, a propósito, que o julgado trazido a lume trata de serviços genericamente descritos como serviços “técnicos especializados” ou serviços de “engenharia consultiva”, ramo de atividade que, coincidentemente, refere-se ao objeto em tela.

Ademais, consoante destacaram João Paulo Forni, Francismary Souza Pimenta Macial e Nicola Espinheira da Costa Khoury^[1], ao fazerem referência a este mesmo acórdão, “assentou o ministro que a repetição da licitação utilizando-se o pregão está “de acordo com o interesse público, tendo em vista que a utilização do pregão tem proporcionado maior eficiência e economicidade às licitações, mediante a ampliação da competitividade e a maior agilidade dos procedimentos”, e, ainda, “que a qualidade das contratações não resta prejudicada [pela adoção do pregão], desde que se estabeleçam adequadamente os critérios de

habilitação e qualificação técnica e econômico-financeira".

Os referidos autores seguem aduzindo que:

"(...) também se depreende da NLCC, são as características do objeto que conduzem à seleção do critério de julgamento adequado, e este à escolha da modalidade. Se os padrões de desempenho do objeto puderem ser auferíveis por especificações usuais de mercado — o que se dá nos chamados serviços comuns — cabe menor preço ou maior desconto e, por consequência, pregão. Nos casos remanescentes, em que a administração precisar lançar mão de avaliações mais fluidas, ou ponderações entre soluções técnicas distintas, embora aceitáveis, cabem os critérios da melhor técnica ou conteúdo artístico e a técnica e preço, e, por decorrência dessa escolha, a concorrência.

No caso dos serviços de engenharia, diversamente do que ocorre nos demais objetos, a eleição do critério menor preço ou maior desconto pode, de fato, levar a uma ou a outra modalidade licitatória. No entanto, essa ambiguidade não parece, em princípio, implicar efeitos relevantes na regularidade ou na eficiência da licitação, qualquer que seja o caminho adotado. A inovação realmente merecedora de atenção reside na racionalidade proporcionada pelas novas regras da NLCC: nos serviços de engenharia, assim como em qualquer outro objeto, a seleção do critério de julgamento — e dos procedimentos que lhes são próprios — deve ser orientada pelas características da contratação, de modo que fiquem reservados os ritos mais alongados e complexos somente para as contratações que justificarem o ônus."

Como se observa, tanto a jurisprudência do TCU como a doutrina evidenciam que a modalidade de licitação e o critério de julgamento estão atrelados à definição da natureza do objeto, analisando-se, em cada caso concreto, o enquadramento dos serviços como comuns ou não.

Tal entendimento está em consonância com a Orientação Normativa no 54/2014 da AGU, que assim dispõe:

COMPETE AO AGENTE OU SETOR TÉCNICO DA ADMINISTRAÇÃO DECLARAR QUE O OBJETO LICITATÓRIO É DE NATUREZA COMUM PARA EFEITO DE UTILIZAÇÃO DA MODALIDADE PREGÃO E DEFINIR SE O OBJETO CORRESPONDE A OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA, SENDO ATRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO JURÍDICO ANALISAR O DEVIDO ENQUADRAMENTO DA MODALIDADE LICITATÓRIA APLICÁVEL.

De relevo destacar, outrossim, que diversos órgãos da Administração, de todas as esferas vêm adotando o pregão como modalidade de licitação para contratação de objetos semelhantes ao do presente planejamento, consoante se observa nos links a seguir:

- TRT14 - <https://pncp.gov.br/app/editais/00509968000148/2024/1162>;
- JUSTICA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTANCIA - <https://pncp.gov.br/app/editais/00508903000188/2024/701>;
- COMANDO DO EXERCITO Recife/PE - <https://pncp.gov.br/app/editais/00394452000103/2024/12718>;
- TRE-RN - <https://pncp.gov.br/app/editais/00509018000113/2024/1977>.
- NºPregão:900092024 / UASG:200116 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA - Departamento de Polícia Rodoviária Federal - 5ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal
Objeto: Pregão Eletrônico Contratação de empresa para prestação de serviço comum de arquitetura/engenharia, para assessorar na fiscalização, acompanhamento, gerenciamento, supervisão e assessoramento da Administração Pública durante a execução da obra de reforma do prédio 11 do complexo da sede da SPRF/RJ, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Homologação: 17/07/2024 - Fonte: www.gov.br/compras/pt-br
- NºPregão:6412023 / UASG:393011 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes 12ª Unidade de Infra-estrutura Terrestre
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão das Obras de

adequação de capacidade, duplicação, restauração, melhorias de segurança e eliminação de pontos críticos BR-080/DF, km 0,00 ao km 24,60.

Data: 23/04/2024 09:00 Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

- NºPregão:6262023 / UASG:393011 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes 12ª Unidade de Infra-estrutura Terrestre

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de supervisão da execução e supervisão ambiental das obras e demais operações necessárias e suficientes para a construção da ponte sobre o Rio Araguaia em Luiz Alves - GO e seus acessos na BR-080/GO/MT.

Data: 27/03/2024 10:00 Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

- NºPregão:612023 / UASG:784810 - MINISTÉRIO DA DEFESA COMANDO DA MARINHA - Centro de Intendencia da Marinha em Belem

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço comum de engenharia para acompanhamento, gerenciamento, supervisão e assessoramento da Fiscalização da Administração Pública durante a execução da obra de Reforma e readequação do refeitório do Complexo Naval de Val-de-Cães.

Data: 10/01/2024 09:30 Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

- NºPregão:6422023 / UASG:393011 - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes 12ª Unidade de Infra-estrutura Terrestre

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de Supervisão da Execução e Supervisão Ambiental dos serviços remanescentes das obras de adequação de capacidade, implantação de melhorias e eliminação de pontos críticos na Rodovia BR-020/GO, perímetro urbano de Formosa (GO).

Homologação: 12/03/2024 09:20 Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Vide ata em anexo - 0052576900

Ata de Realização do Pregão Eletrônico

Nº 00006/2023 (SRP)

- NºPregão:252023 / UASG:195023 - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba

Objeto: Serviço de supervisão de obras por empresa especializada na prestação dos serviços de consultoria técnica e de execução de obras no estado de Pernambuco, respeitando a área de atuação da 15ª Superintendência Regional da Codevasf.

Homologação: 17/01/2024 13:00 - Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

Ata de Realização do Pregão Eletrônico Nº 00025/2023 (SRP)

- NºPregão:252023 / UASG:463390 - DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO PARANA

Objeto: Contratação de Empresa de Consultoria para Execução de Serviços Técnicos de Supervisão e Apoio à Fiscalização da Execução de Obras de Implantação, Restauração e/ou Ampliação de Capacidade de Rodovias e Obras de Arte Especiais, por Produto, no Âmbito da Superintendência Regional Noroeste e da Diretoria Técnica do DER/PR.

Data: 28/11/2023 14:00 Fonte: www.gov.br/compras/pt-br

- NºLicitação:1042298 - MUNICIPIO DE SAO FRANCISCO DO CONDE / (4) COSEL - SEINF - SEC MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia diagnóstica, para prestação de serviços comuns de engenharia consultiva e assessoria técnica, de forma continuada, para análise, avaliação e gerenciamento de riscos operacionais e de compliance em contratos de execução de obras públicas e serviços de engenharia, celebrados no âmbito do poder executivo municipal em São Francisco do Conde-Ba.

Registre-se que todos os certames supracitados foram publicados no presente exercício (2024).

Obiter dictum, ainda que não estivesse exaustivamente demonstrado nos autos o enquadramento dos serviços como comuns, considerando-os exclusivamente como técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, de modo a invocar a aplicação do art. 37, § 2º, da Lei no 14.133/2021, a adoção da melhor técnica ou de técnica e preço como critério de julgamento e, conseqüentemente, a concorrência como modalidade de licitação, não seria, de per si, garantia de uma boa contratação.

No particular, transcreve-se trecho da pertinente manifestação do Ministro Benjamin

Zymler em entrevista ao Portal Sollicita^[2]:

"Há amplo espectro de evidências de que as licitações de "técnica e preço" não produzem resultados satisfatórios em contratações da administração pública. Refiro-me ao processo consolidador do plano anual de fiscalização de obras do TCU, de relatoria do Ministro Bruno Dantas, o qual trouxe que, em um universo de 1.688 fiscalizações realizadas pelo TCU durante um período de 10 anos, foram constatados 1.158 achados com o título de "Projeto básico deficiente, inexistente ou desatualizado", sendo esta uma das constatações mais frequentes do TCU em suas ações de controle externo envolvendo obras públicas.

Há milhares de obras inacabadas por erros de projeto, conforme levantamento promovido pelo Acórdão 1.079/2019-Plenário, demonstrando que licitações de técnica e preço não são eficazes para melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Além do elevadíssimo custo administrativo para a promoção dos certames licitatórios de melhor técnica ou de técnica e preço, há de se enfatizar o caráter paralisante e burocrático das licitações de "técnica e preço" ou "melhor técnica", com diversos registros de certames que se alongam por mais de um ano para serem processados.

Quando comparadas com os custos e o tempo de processamento de um típico pregão eletrônico, as licitações de técnica e preço podem durar e custar dezenas de vezes mais.

Os certames licitatórios de melhor técnica ou técnica e preço implicam também em elevados custos para o particular que deseja contratar com a administração, sendo onerado pelo custo de desenvolver suas propostas técnicas, o que pode resultar na diminuição do universo de potenciais licitantes.

Finalmente, há diversas observações do TCU associando o uso da licitação de técnica e preço ao direcionamento de certames licitatórios, à colusão de licitantes e à restrição ao caráter competitivo da licitação. Nesse sentido, cito como exemplo o Acórdão 479/2015-Plenário de minha relatoria."

Importa ainda considerar o relevante trabalho exposto pela ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO, CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO, CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA COORDENAÇÃO conforme NOTA n. 00082/2024/E-CJU/ENGENHARIA/CGU/AGU (cópia em anexo 0052577011):

9. Os serviços de engenharia consultiva estavam e estão conceituados como "técnicos profissionais especializados" ou "técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual", tanto na Lei 8.666/1993 como na Lei 14.133/2021, respectivamente.

Art. 13. Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais especializados os trabalhos relativos a:

I - estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;

(...)

IV - fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;

(...)

d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;

10. Tais serviços eram e continuam sendo trazidos exemplificativamente como passíveis de contratação direta por inexigibilidade se com profissionais ou empresas de notória especialização (artigo 25, II, da Lei 8.666/1993; artigo 74, III, da Lei 14.133/2021). No regime anterior, inclusive era prevista preferencialmente a modalidade concurso para sua contratação (artigo 3, §1o) e isso nunca foi causa de maiores preocupações e justificativas. No atual, o concurso também é aventado (artigo 6o, XXXIX).

11. Eram e continuam sendo serviços mais aptos aos critérios de julgamento melhor técnica ou técnica e preço (artigo 46 da Lei 8.666/1993; artigo 36, §1o, da Lei 14.133/2021), que não podem ser utilizados no pregão.

12. Ou seja, tais previsões permanecem as mesmas e nunca significaram (e nem poderiam) que os serviços de engenharia consultiva não são e não podem ser comuns. Aliás, sua grande maioria sempre foi e continua sendo comum.
grifamos

14. Em sua 5o edição, de dez/2023, do Manual de Licitações & Contratos: orientações e jurisprudência do TCU, já no atual regime, corrobora isso quanto a um dos serviços de engenharia consultiva (gerenciamento de obras), mas cuja razão é a mesma para as demais:

Acórdão 3395/2015-Plenário [Enunciado] São considerados serviços comuns, tornando viável a utilização do pregão para sua contratação, os serviços de gerenciamento de obras, desde que possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado.

15. Todavia, a previsão do artigo 29, parágrafo único, da Lei 14.133/2021, tem gerado algumas interpretações no sentido de que tais serviços não devem ser licitados por pregão; ou seja, uma presunção legal absoluta de sua qualificação como não comuns:

Quanto ao Critério de julgamento, expõe o Advogado da União Coordenador da e-CJU Engenharia:

21. Ocorre que, uma vez qualificado como comum, será utilizado o pregão. Essa obrigatoriedade recai apenas para os serviços não comuns nas demais modalidades cabíveis. Ser serviço de engenharia consultiva acima desse valor não o desqualifica como comum, quando assim foi definido.

Por fim conclui:

b) **Sendo comum, utiliza-se obrigatoriamente o pregão e o critério de julgamento será sempre o menor preço ou maior percentual de desconto.**

No caso em questão, o Projeto Básico referente ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 90209/2024/SUPEL/RO estabeleceu parâmetros mínimos de qualidade para os serviços a serem contratados, garantindo que mesmo a seleção pelo menor preço não comprometeria a qualidade ou a eficácia dos serviços prestados. Essa medida assegura que todas as propostas atendam a um padrão de qualidade essencial antes de ser considerado o preço como fator decisivo.

A justificativa para a escolha do critério de menor preço, foi, portanto, baseada na avaliação de que, uma vez atendidos os requisitos de qualidade e compatibilidade, o preço se tornaria o fator determinante para a seleção da proposta mais vantajosa.

Por certo que a impugnante desconheceu a informação constante no Projeto Básico conforme item 6.10:

6.10.1 - A padronização dos serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras e serviços de engenharia antes mesmo da Lei 14.133/2021 já os caracterizava como serviços comuns de engenharia:

ACÓRDÃO: Acórdão 3395/2015-Plenário

RELATOR: BENJAMIN ZYMLER

ÁREA: Licitação

TEMA: Pregão

SUBTEMA: Obras e serviços de engenharia

OUTROS INDEXADORES: Supervisão

TIPO DO PROCESSO: DENÚNCIA

ENUNCIADO: São considerados serviços comuns, tornando viável a utilização do pregão para sua contratação, os serviços de gerenciamento de obras, desde que possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado.

EXCERTO

Voto:

28. Acerca do assunto, entendi que o objeto da presente licitação ' serviço de engenharia para gerenciamento das obras de preparação do terreno e construção da infraestrutura, urbanização e edificações finalísticas e de apoio do Complexo dos Institutos Nacionais de Saúde (CIN) - poderia ser considerado serviço comum de engenharia, pois possui padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

29. Ademais, verifiquei que o Tribunal, por meio do Acórdão 2932/2011-TCU-Plenário, acolheu o entendimento do eminente **Ministro Valmir Campelo de que "geralmente, os serviços de supervisão ou de consultoria podem ser considerados como serviço comum" e, por essa razão, "é cabível a utilização da licitação na modalidade pregão,** especificando detalhadamente os serviços que a empresa de supervisão ou de consultoria deverá prestar, ressaltando as situações excepcionais em que tais serviços não se caracterizam como serviços comuns, caso em que deverá ser justificada a adoção de outra modalidade". (Trecho da Ementa) .

30. Com isso, admitido o uso da modalidade pregão, compreendi que não houve irregularidade quanto ao prazo ofertado para apresentação das propostas, não sendo cabível nenhuma medida processual.

ACÓRDÃO: Acórdão 3341/2012-Plenário

RELATOR: JOSÉ MUCIO MONTEIRO

ÁREA: Licitação

TEMA: Pregão

SUBTEMA: Obras e serviços de engenharia

OUTROS INDEXADORES: Supervisão

TIPO DO PROCESSO: REPRESENTAÇÃO

ENUNCIADO: Os serviços de supervisão de obras devem, em regra, ser licitados na modalidade pregão, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser, na maioria das vezes, objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

Voto:

7. Portanto, para esta Corte de Contas, o serviço de supervisão de obras deve ser, em regra, licitado na modalidade pregão, pois, na maioria dos casos, seu padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido, conforme previsão legal.

8. Como bem mostra a unidade técnica, conquanto as atividades em análise sejam complexas para leigos, não o são para as empresas de supervisão e consultoria, que fornecem, habitualmente, serviços semelhantes ao que ora se discute. Desse modo, as especificações seguem parâmetros do mercado, como obriga a lei.

Diante do exposto, para leigos conforme Acórdão 3341/2012 as atividades podem ser consideradas complexas, no entanto para empresas de supervisão e consultoria que comum e habitualmente fornecem os serviços estes são comuns, sem complexidade técnica e operacional, estando padronizados com medidas e especificações usuais de mercados. Assim sabendo-se que a licitação não visa a contratação de leigos mas sim de empresa especializada, não vislumbram-se obstáculos técnicos para que sejam considerados como comuns em perfeita consonância com o inciso I do Art. 85 da Lei 14.133/2021.

A teoria do impugnante não encontra abrigo na vasta jurisprudência existente, veja:

Acórdão 505/2018-Plenário | Relator: AUGUSTO NARDES

Na aquisição de serviços comuns de engenharia, a Administração deve utilizar obrigatoriamente a modalidade pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, devendo justificar a inviabilidade dessa forma caso adote o pregão presencial.

Acórdão 713/2019-Plenário | Relator: BRUNO DANTAS

São considerados serviços comuns, tornando obrigatória a utilização do pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, os serviços de engenharia consultiva com padrões de desempenho e

qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado (art. 1º da Lei 10.520/2002 c/c art. 4º do Decreto 5.450/2005).

5. DA ANÁLISE DA PGE/RO

O Parecer nº 237/2024/PGE-SEOSP □□□(0050543967) estabeleceu no presente processo:

13. O Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, estabelece a modalidade de pregão eletrônico como obrigatório para serviços de engenharia e/ou arquiteturas caracterizadas como comuns, vejamos:

Art. 180. As contratações de serviços de engenharia e/ou arquiteturas caracterizadas como comuns deverão ser licitadas na modalidade pregão, preferencialmente eletrônico.

Parágrafo único. Compete ao setor técnico declarar se o objeto licitatório é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão e definir se o objeto corresponde a obra ou serviço de engenharia e/ou arquitetura.

Art. 65. Para contratação de bens e serviços de natureza comum será utilizada obrigatoriamente a modalidade licitatória pregão, em sua via eletrônica.

§ 1º Compete à Pasta requisitante a definição da modalidade licitatória, devendo ser devidamente atestado nos autos por parte do setor técnico que os bens ou serviços são comuns, bem como a elaboração de justificativa no caso da utilização de modalidade diversa da prevista no caput.

7. CONCLUSÃO

Diante do exposto, pelas razões de fato e de direito acima aduzidas, a minudente análise ora demonstrada evidencia, de forma cristalina, a necessidade de manutenção da modalidade de licitação e do critério de julgamento. Diante disso, **sugerimos ao Secretário de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP:**

- I - **CONHECER** a impugnação interposta pela [REDACTED], vez que **tempestiva**;
- II - NO MÉRITO, **NÃO ACOLHÊ-LA** pelas razões anteriormente aduzidas;

JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO

Coordenadora em Substituição da Coordenação de Projetos e Orçamentos - CPO
Portaria nº 558 de 05 de agosto de 2024 (0051492708)
Membro da Comissão de Planejamento de Contratações - SEOSP
Portaria nº 195 de 06 de março de 2024

[1] <https://www.conjur.com.br/2023-jun-15/opinioao-servicos-comuns-engenharia-lei-14133/>

[2] <https://portal.sollicita.com.br/Noticia/16582/contrata%C3%A7%C3%A3o-de-projetos-de-engenharia-por-preg%C3%A3o-eletr%C3%B4nico%3F>



Documento assinado eletronicamente por **JOSIANE BEATRIZ FAUSTINO**, Coordenador(a), em 09/09/2024, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0052653902** e o código CRC **32E909E5**.

Referência: Caso responda esta Análise, indicar expressamente o Processo nº 0069.003445/2023-51

SEI nº 0052653902



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI Nº 10.520, DE 17 DE JULHO DE 2002.

[Mensagem de veto](#)

[Conversão da MPv nº 2.182-18, de 2001](#)

[Regulamento.](#)

[Regulamento.](#)

[\(Revogado pela Lei nº 14.133, de 2021\)](#) [Vigência](#)

[Texto para impressão](#)

~~Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.~~

~~**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:~~

~~Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.~~

~~Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.~~

~~Art. 2º [\(VETADO\)](#)~~

~~§ 1º Poderá ser realizado o pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação, nos termos de regulamentação específica.~~

~~§ 2º Será facultado, nos termos de regulamentos próprios da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade de pregão, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação.~~

~~§ 3º As bolsas a que se referem o § 2o deverão estar organizadas sob a forma de sociedades civis sem fins lucrativos e com a participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de pregões.~~

~~Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:~~

~~I a autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;~~

~~II a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;~~

~~III dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e~~

~~IV a autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.~~

~~§ 1º A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento.~~

~~§ 2º No âmbito do Ministério da Defesa, as funções de pregoeiro e de membro da equipe de apoio poderão ser desempenhadas por militares~~

~~Art. 4º A fase externa do pregão será iniciada com a convocação dos interessados e observará as seguintes regras:~~

~~I a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º;~~

~~I a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso na imprensa oficial e em sítio eletrônico oficial do respectivo ente federativo, facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, alternativamente, a utilização de sítio eletrônico oficial da União, conforme regulamento do Poder Executivo federal; [\(Redação dada pela Medida Provisória nº 896, de 2019\)](#) [\(Vigência encerrada\)](#)~~

~~I a convocação dos interessados será efetuada por meio de publicação de aviso em diário oficial do respectivo ente federado ou, não existindo, em jornal de circulação local, e facultativamente, por meios eletrônicos e conforme o vulto da licitação, em jornal de grande circulação, nos termos do regulamento de que trata o art. 2º;~~

~~II do aviso constarão a definição do objeto da licitação, a indicação do local, dias e horários em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital;~~

~~III do edital constarão todos os elementos definidos na forma do inciso I do art. 3º, as normas que disciplinarem o procedimento e a minuta do contrato, quando for o caso;~~

~~IV cópias do edital e do respectivo aviso serão colocadas à disposição de qualquer pessoa para consulta e divulgadas na forma da [Lei nº 9.755, de 16 de dezembro de 1998](#);~~

~~V o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será inferior a 8 (oito) dias úteis;~~

~~VI no dia, hora e local designados, será realizada sessão pública para recebimento das propostas, devendo o interessado, ou seu representante, identificar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame;~~

~~VII aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecidos, procedendo-se à sua imediata abertura e à verificação da conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;~~

~~VIII no curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor;~~

~~IX não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no inciso anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;~~

~~X para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital;~~

~~XI examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade;~~

~~XII encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital;~~

~~XIII – a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira;~~

~~XIV – os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf e sistemas semelhantes mantidos por Estados, Distrito Federal ou Municípios, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados nele constantes;~~

~~XV – verificado o atendimento das exigências fixadas no edital, o licitante será declarado vencedor;~~

~~XVI – se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará as ofertas subsequêntes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor;~~

~~XVII – nas situações previstas nos incisos XI e XVI, o pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor;~~

~~XVIII – declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos;~~

~~XIX – o acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;~~

~~XX – a falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto da licitação pelo pregoeiro ao vencedor;~~

~~XXI – decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor;~~

~~XXII – homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido em edital; e~~

~~XXIII – se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, aplicar-se-á o disposto no inciso XVI.~~

~~Art. 5º É vedada a exigência de:~~

- ~~I – garantia de proposta;~~
- ~~II – aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame; e~~
- ~~III – pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.~~

~~Art. 6º O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.~~

~~Art. 7º Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, onerar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.~~

~~Art. 8º Os atos essenciais do pregão, inclusive os decorrentes de meios eletrônicos, serão documentados no processo respectivo, com vistas à aferição de sua regularidade pelos agentes de controle, nos termos do regulamento previsto no art. 2º.~~

~~Art. 9º Aplicam-se subsidiariamente, para a modalidade de pregão, as normas da [Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#).~~

~~Art. 10. Ficam convalidados os atos praticados com base na [Medida Provisória nº 2.182-18, de 23 de agosto de 2001](#).~~

~~Art. 11. As compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, quando efetuadas pelo sistema de registro de preços previsto no [art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993](#), poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico.~~

~~Art. 12. A Lei nº 10.191, de 14 de fevereiro de 2001, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:~~

- ~~**“Art. 2º A.** A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão adotar, nas licitações de registro de preços destinadas à aquisição de bens e serviços comuns da área da saúde, a modalidade de pregão, inclusive por meio eletrônico, observando-se o seguinte:~~
- ~~I – são considerados bens e serviços comuns da área da saúde, aqueles necessários ao atendimento dos órgãos que integram o Sistema Único de Saúde, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais do mercado.~~
 - ~~II – quando o quantitativo total estimado para a contratação ou fornecimento não puder ser atendido pelo licitante vencedor, admitir-se-á a convocação de tantos licitantes quantos forem necessários para o atingimento da totalidade do quantitativo, respeitada a ordem de classificação, desde que os referidos licitantes aceitem praticar o mesmo preço da proposta vencedora.~~
 - ~~III – na impossibilidade de atendimento ao disposto no inciso II, excepcionalmente, poderão ser registrados outros preços diferentes da proposta vencedora, desde que se trate de objetos de qualidade ou desempenho superior, devidamente justificada e comprovada a vantagem, e que as ofertas sejam em valor inferior ao limite máximo admitido.”~~

~~Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.~~

~~Brasília, 17 de julho de 2002; 181º da Independência e 114º da República.~~

~~FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
Pedro Malan
Guilherme Gomes Dias~~

~~Este texto não substitui o publicado no DOU de 18.7.2002 e [retificado em 30.7.2002](#)~~

*

